



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2022
(Do Sr. MAURO NAZIF)

Cria a Conta para Redução do Preço dos Combustíveis – CREP e altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, e as Leis nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, nº 9.718, de 27 de novembro de 1988, nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, de modo a estabelecer medidas tributárias destinadas a promover a redução e a estabilização dos preços dos combustíveis.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei cria a Conta para Redução do Preço dos Combustíveis – CREP e altera o Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, e as Leis nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, nº 9.718, de 27 de novembro de 1988, nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, de modo a estabelecer medidas tributárias destinadas a promover a redução e a estabilização dos preços dos combustíveis.

Art. 2º Fica criada a Conta para Redução do Preço dos Combustíveis - CREP, com o objetivo de reduzir os preços dos combustíveis automotivos líquidos derivados do petróleo, bem como do gás liquefeito de petróleo – GLP, quando os preços internacionais do petróleo estiverem em patamares elevados.

§ 1º Nos momentos em que a média mensal do preço internacional do petróleo bruto tipo *brent* for superior a US\$ 70,00 (setenta dólares) por barril, a CREP fornecerá recursos, por intermédio de subvenção econômica, aos produtores e importadores de combustíveis que, comprovadamente, comercializarem os produtos a que se refere o *caput* a preços iguais ou inferiores aos preços de referência definidos na regulamentação.





§ 2º Os preços de referência para cada um dos combustíveis referidos no § 1º deste artigo corresponderão àqueles compatíveis com a redução máxima de preço que poderá ser propiciada pelos recursos alocados à CREP, conforme regulamentação.

§ 3º A CREP terá as seguintes fontes de recursos:

I – recursos do orçamento da União Federal, em valor não inferior ao equivalente a 50% (cinquenta por cento) do montante estimado da arrecadação decorrente da incidência do imposto de exportação sobre o valor das exportações nacionais de petróleo bruto e de derivados, em conformidade com o disposto nos arts. 1º e 3º do Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977;

II – dividendos e juros sobre capital próprio recebidos pela União provenientes de sua participação acionária na empresa Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás;

III – parcela destinada à União concernente às participações governamentais de que trata o art. 45 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e o art. 42 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010; e

IV – resultado da comercialização do excedente em óleo no regime de partilha de produção de que trata o art. 2º, III, da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010.

§ 4º A CREP terá natureza privada e patrimônio próprio separado do patrimônio da União e da administradora.

§ 5º Os recursos da CREP serão geridos e administrados pelo Poder Executivo ou, a seu critério, por instituição financeira pública federal, nos termos do regulamento, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle interno ou externo da Administração Pública Federal sobre a gestão da Conta.

Art. 3º O Decreto-Lei nº 1.578, de 11 de outubro de 1977, passa a vigorar com as seguintes alterações, renumerando-se como § 1º o parágrafo único do seu art. 3º:





“Art. 1º

.....

.

§ 3º Estarão sujeitos ao imposto o petróleo bruto, os combustíveis automotivos líquidos dele derivados e o gás liquefeito de petróleo – GLP, além dos produtos relacionados pelo Poder Executivo.” (NR)

“Art. 3º A alíquota do imposto é de trinta por cento, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo, facultado ao Poder Executivo reduzi-la ou aumentá-la, para atender aos objetivos da política cambial e do comércio exterior.

§ 1º

§ 2º No caso do petróleo bruto, dos combustíveis automotivos líquidos dele derivados e do gás liquefeito de petróleo – GLP, a alíquota corresponderá:

I - a 5% (cinco por cento), quando a cotação internacional média do petróleo bruto for igual ou inferior a US\$ 70,00 (setenta dólares); ou

II – ao produto do percentual referido no inciso I pelo coeficiente de equalização previsto no § 3º, quando a cotação internacional média do petróleo bruto for superior a US\$ 70,00 (setenta dólares).

§ 3º O coeficiente de que trata o inciso II do § 2º será fixado quinzenalmente e corresponderá à razão entre o valor da cotação média do barril do petróleo bruto e o montante de US\$ 14,00 (catorze dólares).

§ 4º A cotação média e o coeficiente de que tratam os §§ 2º e 3º serão apurados quinzenalmente, na forma do regulamento, com base na cotação internacional diária do barril do petróleo tipo *brent*, destinando-se a vigorar por igual período.” (NR)

Art. 4º O art. 3º da Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º

.....

.

II-B – 25% (vinte e cinco por cento), no caso das pessoas jurídicas que tenham por objeto a produção ou a importação de gasolina e suas correntes, de óleo diesel e suas correntes, de





querosene de aviação e suas correntes, ou de gás liquefeito de petróleo – GLP derivado de petróleo e de gás natural; e

.....” (NR)

Art. 5º O art. 4º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1988, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

I – 1,01% (um inteiro e um centésimo por cento) e 4,69% (quatro inteiros e sessenta e nove centésimos por cento), incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação;

II – 0,84% (oitenta e quatro centésimos por cento) e 3,88% (três inteiros e oitenta e oito centésimos por cento), incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de óleo diesel e suas correntes;

III – 2,04 % (dois inteiros e quatro centésimos por cento) e 9,48% (nove inteiros e quarenta e oito centésimos por cento), incidentes sobre a receita bruta decorrente da venda de gás liquefeito de petróleo - GLP derivado de petróleo e de gás natural; e

.....” (NR)

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 10.560, de 13 de novembro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º A contribuição para o PIS/PASEP e a COFINS, relativamente à receita bruta decorrente da venda de querosene de aviação, incidirá uma única vez, nas vendas realizadas pelo produtor ou importador, às alíquotas de 1% (um por cento) e 4,64% (quatro inteiros e sessenta e quatro centésimos por cento), respectivamente.” (NR)

Art. 7º O art. 23 da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23.

I - R\$ 28,22 (vinte e oito reais e vinte e dois centavos) e R\$ 130,28 (cento e trinta reais e vinte e oito centavos), por metro cúbico de gasolinas e suas correntes, exceto gasolina de aviação;





II - R\$ 16,44 (dezesseis reais e quarenta e quatro centavos) e R\$ 75,86 (setenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), por metro cúbico de óleo diesel e suas correntes;

III - R\$ 23,88 (vinte três reais e oitenta e oito centavos) e R\$ 110,28 (cento e dez reais e vinte e oito centavos), por tonelada de gás liquefeito de petróleo - GLP, derivado de petróleo e de gás natural; e

IV - R\$ 9,78 (nove reais e setenta e oito centavos) e R\$ 45,10 (quarenta e cinco reais e dez centavos), por metro cúbico de querosene de aviação.

.....” (NR)

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do primeiro dia do segundo trimestre subsequente ao de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Recentemente, temos verificado uma elevação muito significativa dos preços dos combustíveis, fato que tem afetado o bolso do brasileiro e encarecido os custos de diversos serviços que dependem desse insumo, contribuindo decisivamente para levar os índices de inflação no país a níveis altíssimos.

A título de ilustração, cabe mencionar que, desde o início do ano de 2021 até o fim da terceira semana de abril de 2022, o preço médio do gás de cozinha (GLP) subiu 50% no Brasil, o da gasolina aumentou 61% e o do óleo diesel elevou-se em expressivos 82%, de acordo com apuração da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Assim, com o propósito de evitar a ocorrência desses excessivos aumentos, apresentamos este projeto de lei, que cria a Conta para Redução do Preço dos Combustíveis – CREP e também estabelece medidas tributárias destinadas a promover a estabilização dos preços desses produtos.

De acordo com nossa proposta, a CREP promoverá a redução dos preços dos combustíveis automotivos líquidos derivados do petróleo, bem





como do GLP, quando os preços internacionais do petróleo estiverem elevados. Isso se dará por intermédio da transferência de recursos aos produtores e importadores de combustíveis que, comprovadamente, comercializarem esses produtos a preços iguais ou inferiores a preços reduzidos de referência, compatíveis com os recursos a serem disponibilizados à CREP.

As fontes de recursos para o funcionamento da conta, por sua vez, serão recursos do orçamento da União Federal, em montante não inferior a 50% do valor arrecadado com a aplicação de imposto de exportação sobre o petróleo bruto; proventos originados do lucro da Petrobrás recebidos pela União; participações da União na produção de petróleo, como royalties, participação especiais e excedente em óleo do regime de partilha de produção.

Com essa sistemática, esperamos reduzir significativamente a elevação dos preços dos combustíveis e, assim, mitigar seus efeitos deletérios à população.

Ademais, nosso projeto também eleva a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das empresas produtoras e importadoras de combustíveis em 16 pontos percentuais e reduz em 80% as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) incidentes sobre esses produtos, com o propósito de promover uma desoneração tributária dos seus preços, subsidiada pela elevação da tributação do lucro.

Trata-se de medida fundamental, porque, a nosso ver, parte do problema referente aos combustíveis está relacionado à própria matriz tributária brasileira, que concentra excessivamente a tributação sobre o consumo, onerando pouco a renda, em comparação com os países mais desenvolvidos.

Com efeito, os tributos incidentes sobre a receita ou faturamento comportam mais fácil repasse aos consumidores, possibilitando aos agentes econômicos, especialmente os que produzem bens com pouca





elasticidade, como os combustíveis, manter preços que não encontrem correspondência com os custos de produção.

Com a elevação das alíquotas da CSLL promovida, a manutenção de alta margem de lucro deixa de ser uma estratégia excessivamente vantajosa para os produtores e importadores de derivados do petróleo, colaborando para a manutenção dos preços em níveis economicamente adequados.

Diante de todo o exposto, solicitamos o apoio de nossos ilustres Pares para a aprovação deste relevante projeto.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado MAURO NAZIF
PSB/DF

2022-2178

